

10 ANOS DA JURA ESALQ: UNIVERSIDADE PÚBLICA COMPROMETIDA COM A JUSTIÇA SOCIAL, DEMOCRACIA E A SUSTENTABILIDADE ECOLÓGICA

A formação sócio-histórica do Brasil fundou-se numa ocupação devastadora da natureza, com um sistema produtivo colonial, agroexportador e escravocrata, de larga escala, o que deixou marcas profundas no país. O poder da elite agrária conservadora promoveu assim a implantação de um capitalismo tardio, com modernização econômica e tecnológica da grande propriedade da terra, sobretudo a partir da chamada Revolução Verde, sem alteração das raízes da abissal desigualdade de classe, raça e gênero. De fato, a moderna sociedade brasileira se desenvolve por vias grotescas do sofrimento da maior parte dos brasileiros e brasileiras, sem garantir sequer a alimentação para toda população, porque a expansão do agronegócio produtor de commodities promove uma tendência de redução das áreas de produção de alimentos fundamentais na mesa do povo brasileiro, como o arroz e o feijão.

A universidade contribuiu, e continua a contribuir, para a produção de conhecimento e para formações de continuidade e reforço deste modelo predatório. No caso da ESALQ, o período da ditadura militar escancara seu alinhamento umbilical com os interesses do capitalismo financeiro-agroindustrial, hoje representado pelo chamado agronegócio. Desta forma, observou-se grave perseguição nestes tempos atrozos de professores e estudantes críticos. A propósito, Luiz Hirata, estudante de engenharia agrônoma, preso, torturado e morto pela ditadura, simboliza a resistência esalqueana e, por esta razão, seu nome foi oficialmente atribuído na JURA 2022 para o Centro de Vivências da ESALQ como forma de um posicionamento em favor da democracia e em repúdio a qualquer forma de violência autoritária.

A propósito, o agronegócio engloba não apenas um conjunto de maquinários e técnicas de plantio com o apoio de políticas de financiamento públicas e privadas, mas também um arcabouço ideológico opressor construído ao longo da história de formação do povo brasileiro. Dessa forma, a ESALQ se compromete não apenas a formar tecnicamente os profissionais do futuro, que irão manter este modelo devastador de agricultura, mas também se compromete a formar ideologicamente os alunos para manutenção das opressões raciais, de gênero e de classe. A título de exemplo, o

trote universitário não é apenas uma brincadeira entre amigos, mas uma tradição literalmente criminoso de cunho racista, classista e machista, para cooptar os alunos à lógica exploradora do agronegócio. Apesar de um discurso contrário ao trote, a ESALQ opta por não combatê-lo, vide que a tantos anos ocorrem estas tradições opressoras dentro do campus e da sala de aula. É evidente que a instituição não atua com o mesmo rigor para evitar o trote, como o faz para suprimir nossos esforços em defesa de uma universidade pública e de qualidade.

Enquanto importante espaço de luta e resistência, a JURA ESALQ reúne, desde 2013, ativistas, assentados(as), docentes, estudantes, funcionários(as) e todo público interessado em discutir sobre a questão agrária e modelos socialmente mais justos e ecológicos de produção agroalimentar. A ressignificação da reforma agrária está no primeiro plano destes debates. Trata-se de associar promoção de justiça social com agroecologia, numa perspectiva de reconhecimento das múltiplas funções da agricultura familiar.

Nas primeiras edições da JURA, o Professor Paulo Kageyama esteve à frente de sua organização. Por esta razão e pelo conjunto de sua contribuição acadêmica, científica, política e militante, indissociável da defesa da reforma agrária, da biodiversidade e da agroecologia, foi instituído desde 2018 o “Prêmio Paulo Kageyama em defesa da Agroecologia, Reforma Agrária, Agricultura Familiar e Universidade para Todos”, reconhecendo as conquistas e trajetórias de diversas personalidades da luta popular, política, acadêmica e social.

Ao longo destes 10 anos, ocorreram momentos de muita tensão, especialmente com a sindicância aberta para apurar atividade da JURA realizada em 2017, sob coordenação do professor Marcos Sorrentino, junto com militantes do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST). No final das contas, esta situação favoreceu a criação de uma enorme rede de solidariedade reunindo defensores da reforma agrária como meio essencial para a construção de um país mais democrático e com justiça social.

Nos últimos anos, a JURA ESALQ teve um caráter excepcional em razão da pandemia, com realização de atividades remotas devido às recomendações de distanciamento físico para evitar propagação da Covid-19. Este período coincidiu com o governo catastrófico de Bolsonaro e Mourão, que promoveu o desmonte de políticas-chave que visavam o alcance da segurança alimentar e fortalecimento da agricultura familiar.

Desta forma, a deterioração das condições de vida no Brasil foi dramática. A extinção do CONSEA nacional, do MDA, o esvaziamento dos Estoques de Alimentos da CONAB, bem como a implosão de tantos programas de apoio à agricultura familiar e à população mais vulnerável, impulsionaram a insegurança alimentar para patamares extremamente graves. Foram 50 anos em 5 de retrocessos, como bem caracterizou Sabrina Nepomuceno, Superintendente do INCRA, na mesa de abertura da X JURA ESALQ.

Estes retrocessos podem também ser exemplificados pelos ataques ao Guia Alimentar para a Alimentação Brasileira, que privilegia uma alimentação saudável, não se associando com a produção de alimentos ultraprocessados, próprios do modelo produtivista do sistema agroalimentar produtivista hegemônico, ou pela implantação da política de atribuição de títulos de domínios dos lotes para os assentados e assentadas da reforma agrária, que significa seu abandono à própria sorte e, em última instância, uma contra-reforma. Aliás, é importante salientar que estas perspectivas nefastas, derrotadas eleitoralmente no âmbito federal, dirigem-se agora para o governo estadual de São Paulo, ameaçando os papéis da CATI e do ITESP.

Nas universidades públicas paulistas, as propostas neoliberais também têm ganhado terreno. A terceirização dos restaurantes universitários, por exemplo, implicou em serviços instáveis e de baixíssima qualidade. O recente acordo Bayer-USP evidencia a subserviência de uma das principais universidades do país a uma empresa promotora de agricultura anti-ecológica. Tal orientação afasta-se largamente dos propósitos de segurança alimentar e sustentabilidade ambiental, aos quais a universidade pública deve inexoravelmente estar comprometida. A insegurança alimentar dos alunos desta universidade de agrárias origina-se do mesmo descaso da instituição com as mazelas da história do povo brasileiro.

A propósito, a ESALQ negligencia as orientações para a extensão rural expressa na Lei nº 12.188, conhecida como Nova Lei de Assistência Técnica de Extensão Rural (ATER) para Agricultura Familiar e Reforma Agrária, embaralhando sentidos de extensão ao considerar como tal cursos pagos destinados às camadas mais privilegiadas da população brasileira. A referida lei é muito clara em termos de público foco da extensão rural: assentados da reforma agrária; povos indígenas; remanescentes de quilombos; demais povos e comunidades tradicionais; agricultores familiares, silvicultores, aquicultores, extrativistas e pescadores.

A partir destas considerações, nossas propostas são:

1. Reversão do quadro de sucateamento dos serviços de extensão rural nas instituições públicas e fortalecimento da formação em extensão rural na Esalq, com uma orientação decisiva pelos princípios da lei de ATER de 2010, a saber: desenvolvimento rural sustentável, com a preservação do meio ambiente; gratuidade, qualidade e acessibilidade aos serviços de assistência técnica e extensão rural; adoção de metodologia participativa, com enfoque multidisciplinar, interdisciplinar e intercultural, assegurando direitos da cidadania e democratização da gestão pública; adoção dos princípios da agricultura de base ecológica; equidade nas relações de gênero, geração, raça e etnia; e contribuição para a segurança e soberania alimentar e nutricional.
2. Neste sentido, abertura de vagas em concurso público para a contratação urgente de docentes efetivos e de extensionistas, especializados em agricultura familiar, agroecologia e reforma agrária, fortalecendo e reorientando as instituições públicas de ensino, pesquisa e extensão, entre elas, notadamente as Universidades, os Institutos Federais, o INCRA, os Institutos de Terra estaduais e as Casas de Agricultura.
3. Mudança na forma de conceber o restaurante universitário, tornando-o uma atividade fim da Esalq, objeto de ensino, pesquisa e extensão, na medida em que pode favorecer a produção de conhecimentos para o cultivo de alimentos diversificados e saudáveis para a própria comunidade esalqueana. Desta forma, trata-se de reverter a terceirização dos serviços, com a implantação de lógicas associadas à soberania alimentar.
4. Nesse sentido, fomento a políticas de permanência estudantil na universidade, com combate às opressões e promoção a direitos humanos, considerando a universidade um espaço plural, garantindo cada vez mais abertura a populações historicamente excluídas e marginalizadas.
5. Retomada pelo governo federal das políticas de apoio e incentivos à agricultura familiar e aos assentamentos rurais, com fortalecimento dos programas agroalimentares e linhas de crédito com ênfase na perspectiva de soberania alimentar e agroecologia (com a atualização e efetiva implementação do PLANAPO, reforçando a importância dos incentivos aos

- Núcleos de Agroecologia nas Universidades). Por outro lado, a desburocratização da obtenção da CAF (Cadastro da Agricultura Familiar) constitui medida urgente neste âmbito.
6. Elaboração do 3º Plano Nacional de Reforma Agrária, com metas audaciosas para atender ao conjunto de famílias que demandam por terra, com infraestrutura, acompanhamento técnico e financiamento. Este Plano deve considerar com bastante ênfase o artigo 186 da Constituição Federal de 1988, sobre a função social da terra, em seus três eixos: econômico, ambiental e trabalhista. No que se refere à questão trabalhista, é necessário adotar rito sumário de expropriação em fazendas onde se encontre trabalho análogo à escravidão.
 7. Avançar na demarcação das terras indígenas, hoje ameaçadas pela expansão da fronteira agrícola e das atividades de mineração, bem como acelerar o reconhecimento e a titulação dos territórios quilombolas.
 8. Incremento das políticas de segurança e soberania alimentar, favorecendo iniciativas inovadoras da sociedade civil ocorridas em razão da pandemia (como aquelas promovidas pelo MST), tal como cozinhas solidárias e circuitos curtos alimentares solidários com distribuição de alimentos saudáveis produzidos de forma responsável.

Enfim, os grupos resistentes na ESALQ, mesmo minoritários, conseguem ressoar suas contestações. A realização da JURA constitui momento privilegiado de união de forças para uma ressonância maior de pontos de vistas críticos, em favor da reforma agrária, da agroecologia e da soberania alimentar, repudiando toda forma de opressão de classe, raça e gênero.

Saudamos, nesta altura, todos os grupos da ESALQ que lutam e resistem diariamente, compartilhando dos nossos ideais. Assinam este documento como organizadores da X JURA, em ordem alfabética, a Associação dos Docentes da USP (ADUSP), a Associação de Pós-graduandos da ESALQ (APG), Centro Acadêmico da Engenharia Florestal (CAEF), o Coletivo Feminista Raiz Fulô, o Coletivo LGBTQIA+ Integra, o Grupo de Pesquisa em Agriculturas Emergentes e Alternativas (AGREMAL), o Grupo SAF Pirasykaua, o Grupo de Territorialidade Rural e Reforma Agrária (Grupo TERRA), o Levante Popular da Juventude, o Movimento Brasil Popular, o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), o Núcleo de Apoio a Cultura e Extensão Universitária em Educação e Conservação Ambiental (NACE-PTECA), a Oca -

Laboratório de Educação e Política Ambiental, o Partido Comunista Brasileiro (PCB), e a União da Juventude Comunista (UJC).

Esperamos que possamos convencer cada vez mais corações, mãos e mentes da ESALQ para construir juntos esse sonho coletivo de tornar a universidade cada vez mais inclusiva, democrática, diversa e preparada para lidar com as demandas e problemas concretos da sociedade brasileira.